Publisegur – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

RELATÓRIO E CONTAS

2011

√ Relatório de Gestão

√ Contas

√ Anexo às Demonstrações Financeiras

√ Certificação Legal das Contas

Relatório de Gestão

Exercício de 2011

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2011

Para dar cumprimento do Artigo 66° do Código das Sociedades Comerciais, a empresa ***PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.***, com o número de pessoa coletiva 505.100.436 com sede social no Largo de São João, Garden Shopping Center, loja 43, freguesia da Sé (Guarda), concelho da Guarda, e com o capital social de 50.000,00€ (Cinquenta mil euros), com a atividade principal de corretagem de seguros vem por este meio apresentar o Relatório de Gestão e Contas do exercício económico findo a 31 de Dezembro de 2011, os quais expressam a sua situação financeira e resultados obtidos.

1. Economia Nacional

A conjuntura económica continuou a condicionar negativamente o desempenho da atividade seguradora, bastando analisar o índice negativo que o PIB português atingiu. No ano de 2011 o PIB decresceu 1,6%. Este crescimento negativo é verdadeiramente histórico.

2. Análise do Sector

De acordo com os dados publicados pelo Instituto de Seguros de Portugal, em 2011 o volume de produção de seguro direto do mercado português, atingiu os 11,6 mil milhões de euros, o que traduz um decréscimo de 39,2% face ao valor verificado no ano de 2010. Esta evolução deve-se essencialmente ao ramo Vida, com um decrescimento de 38,1% tendo o ramo Não Vida registado um decrescimento de 1,2%. Face à análise destes resultados, facilmente se depreendem as dificuldades que estes operadores têm vindo a enfrentar.

A concorrência verificada entre os principais seguradores do mercado, simultaneamente com o abrandamento económico, continuam a refletir uma descida de prémios nos ramos não vida, que em muito dificulta a relação com os clientes.

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

3. Evolução da atividade da empresa

No exercício de 2011 a Publisegur continuou em contra ciclo com a conjuntura, continuando a estratégia de crescimento que já havia consubstanciado no exercício de 2010, incrementando as Prestações de Serviços decorrentes das comissões recebidas das seguradoras e reduzindo os Fornecimentos e Serviços Externos, promovendo assim um crescimento da Margem bruta sobre as Prestações de Serviços de 10,39%.

	2010	2011	Variação %
Prestações de Serviços	236.524,50 €	247.583,26 €	4,68%
Fornecimentos e Serviços Externos	72.864,80 €	58.470,29 €	-19,76%
Margem Bruta sobre a Prestações de Serviços	69,19%	76,38%	10,39%

4. Análise Económica e Financeira da Empresa

No exercício de 2011 o resultado líquido foi positivo em 39.987,39€, continuando deste modo o crescimento que já havia sido iniciado no exercício anterior.

Com o crescimento do volume de negócios e aumento dos Resultados a empresa melhorou substancialmente os Capitais Próprios e por conseguinte a sua Autonomia Financeira.

	2010	2011	Variação %
Resultados Líquidos	16.912,08	39.987,39	136,44%
Capitais Próprio	9.471,19	49.458,58	422,20%
Total do Ativo	259.208,44	259.425,74	0,08%
Total do Passivo	249.737,25	209.967,16	-15,92%
Autonomia Financeira	3,79%	23,56%	521,11%

5. Evolução Previsível da Atividade

Na esperança que não venham a ocorrer condicionalidades externas, tem a Publisegur razões para esperar um exercício de 2012 na linha de orientação do que tem vindo a apresentar, continuando a dedicar especial atenção à qualidade de serviços prestada aos clientes e na formação dos colaboradores.

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

6. Aplicação de Resultados

É proposto pela Gerência da Empresa que o resultado líquido do exercício de 2011, o qual se cifrou em 39.885,13 €, seja aplicado do seguinte modo:

- Resultados transitados: 39.987,39 €

7. Notas Finais

A gerência da Publisegur, acrescenta ainda uma palavra de agradecimento por toda a confiança manifestada pelos órgãos sociais, e pela cooperação de todos os colaboradores, clientes, instituições bancárias, fornecedores e das demais entidades que com ela se relacionaram.

8. Por fim, declara ainda que:

1. A empresa não é devedora quer ao Estado quer à Segurança Social por quaisquer dívidas fiscais em situação de mora. Dá-se deste modo cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de Novembro e no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro (Código Contributivo).
2. Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.
3. Não existem quotas próprias detidas pela empresa.
4. A empresa dispõe de duas sucursais.
5. Não houve quaisquer autorizações concedidas nem se praticaram negócios entre a sociedade e a sua gerência.

Guarda, 17 de Março de 2012

A Gerência,

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

Contas

Exercício de 2011

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual de fluxos de caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Unidade Monetária: euros (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2011	31-12-2010
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		238.405,75	236.524,50
Pagamentos ao pessoal		(111.707,99)	(81.480,96)
Caixa gerada pelas operações		**126.697,76**	**155.043,54**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(6.916,03)	(2.862,05)
Outros recebimentos/pagamentos		(54.787,39)	(91.456,52)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**64.994,34**	**60.724,97**
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	(5.587,43)
Activos intangíveis		(27.990,00)	(38.000,00)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**(27.990,00)**	**(43.587,43)**
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	17.500,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(24.252,55)	(20.474,00)
Juros e gastos similares		(6.008,91)	(5.147,11)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**(30.261,46)**	**(8.121,11)**
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**6.742,88**	**9.016,43**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no ínicio do período		**22.029,83**	**13.013,40**
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	**28.772,71**	**22.029,83**

O T.O.C.,

(Jorge Manuel Morgado Bico TOC nº 4557)

A Gerência,

José António Monteiro Costa

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Balanço individual em 31 de Dezembro 2011

Unidade Monetária: euros (1)

RUBRICAS	Notas	DATAS 31 de Dezembro 2011	31 de Dezembro 2010
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangiveis	3.1/8/9	76 336,29	82 568,61
Ativos intangiveis	3.1/7/10	137 690,31	148 120,59
		214 026,60	230 689,20
Ativo corrente:			
Clientes	3.1/11/14.2.1	9 177,51	0,00
Estado e outros entes publicos	3.1/13/16.1	5 563,64	5 712,16
Outras contas a receber	3.1/14.2.1	121,02	0,00
Diferimentos	3.1	1 764,26	777,25
Caixa e depositos bancários	3.1/4	28 772,71	22 029,83
		45 399,14	28 519,24
Total do Activo		259 425,74	259 208,44
CAPITAL PROPRIO E PASSIVO			
Capital proprio:			
Capital realizado	14.2.3/14.4/14.5/ 14.6/14.7	50 000,00	50 000,00
Resultados Transitados	16.4	(40 528,81)	(57 440,89)
Resultado liquido do período		39 987,39	16 912,08
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do Capital Próprio		49 458,58	9 471,19
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	3.1/14.2.2	131 265,29	137 846,68
Outras contas a pagar	3.1/14.2.1	4 270,00	28 000,00
		135 535,29	165 846,68
Passivo corrente:			
Estado e outros entes públicos	3.1/13/16.1	10 632,09	9 195,79
Accionistas / sócios	14.2.1	16 332,12	15 767,61
Financiamentos obtidos	3.1/9/14.2.2	6 690,84	24 362,00
Outras contas a pagar	3.1/14.2.1	40 776,82	34 565,17
		74 431,87	83 890,57
Total do Passivo		209 967,16	249 737,25
Total do Capital proprio e do passivo		259 425,74	259 208,44

O T.O.C.

(Jorge Manuel Morgado Bico TOC nº 4557)

A Gerência,

José António Monteiro Costa

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração Individual de Resultados por Natureza
Período findo em 31 de Dezembro 2011

Unidade Monetária: euros (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos 31 de Dezembro 2011	31 de Dezembro 20010
Vendas e serviços prestados	3.1/11	247 583,26	236 524,50
Fornecimentos e serviços externos	16.3	(58 470,29)	(72 864,80)
Gastos com pessoal	3.1/15	(113 715,44)	(100 141,92)
Imparidade investimentos não depreciaveis/amortizaveis (perdas/reversoes)	3.1/7/10	(23 563,33)	(18 332,90)
Outros rendimentos e ganhos	16.2	21 065,91	0,00
Outros gastos e perdas	16.2	(11 665,35)	(3 022,94)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		61 234,76	42 161,94
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	3.1/8	(6 232,32)	(12 403,67)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos		55 002,44	29 758,27
Juros e gastos similares suportados	3.1/14.3	(6 008,91)	(5 147,11)
Resultado antes de impostos		48 993,53	24 611,16
Imposto sobre o rendimento do período	3.1/13	(9 006,14)	(7 699,08)
Resultado liquido do período		39 987,39	16 912,08

O T.O.C,

(Jorge Manuel Morgado Bico TOC nº 4557)

A Gerência,

José António Monteiro Costa

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2011

Unidade Monetária: euros (1)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
			Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇAO NO INICIO DO PERIODO findo em 31-12-2010	1		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(26.550,41)	0,00	0,00	0,00	(30.890,48)	(7.440,89)		(7.440,89)
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									(30.890,48)				30.890,48	0,00		0,00
	2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(30.890,48)	0,00	0,00	0,00	30.890,48	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	3												16.912,08	16.912,08		16.912,08
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(30.890,48)	0,00	0,00	0,00	47.802,56	16.912,08	0,00	16.912,08
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2009	6=1+2+3+5		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(57.440,89)	0,00	0,00	0,00	16.912,08	9.471,19	0,00	9.471,19

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.

Demonstração individual das alterações no capital próprio período findo em 31 de Dezembro de 2010

Unidade Monetária: euros (1)

DESCRIÇÃO		NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
			Capital Realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO findo em 31-12-2011	6		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(57.440,89)	0,00	0,00	0,00	16.912,08	9.471,19	0,00	9.471,19
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									16.912,08				(16.912,08)	0,00		0,00
	7		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.912,08	0,00	0,00	0,00	(16.912,08)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8												39.987,39	39.987,39		39.987,39
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.912,08	0,00	0,00	0,00	23.075,31	39.987,39	0,00	39.987,39
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO																0,00
	10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 31-12-2010	6+7+8+10		50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(40.528,81)	0,00	0,00	0,00	39.987,39	49.458,58	0,00	49.458,58

O T.O.C.,

(Jorge Manuel Morgado Bico TOC nº 4557)

A Gerência,

José António Monteiro Costa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Exercício de 2011

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

ANEXO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

1. *Identificação* da *entidade:*

PUBLISEGUR - CORRETORES DE SEGUROS, LDA., sediada no Largo de São João, Centro Comercial Garden, Loja 43, freguesia da Sé (Guarda), tem como objeto social a mediação de seguros (C.A.E. 66220-R3) e número de pessoa coletiva 505.100.436.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilístico, de acordo com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, tendo sido adotadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

2.2 ***Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.***

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da sociedade, mantidos de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta da empresa. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor.
No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As demonstrações financeiras do exercício de 2011 são comparáveis na sua plenitude com as do exercício de 2010.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

b) Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Tais ativos correspondem a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44º do Decreto-Lei n.º 144/2006 com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Anualmente são efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Fiscalmente e na sequência de despacho da Senhora Diretora de Serviços de IRC de 07/02/2012, foi autorizada a sua dedutibilidade.

c) Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzidos das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. Fiscalmente, as depreciações estão enquadradas nas taxas máximas permitidas pelo Decreto Regulamentar nº 25/2009.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

d) **Locação Financeira** – Encontra-se registado em Ativos Fixos Tangíveis um imóvel adquirido em exercícios anteriores com recurso a locação financeira, encontrando-se a dívida à Sociedade Financeira registada no Passivo, em Financiamentos obtidos, pelo respetivo custo de aquisição. Mensalmente, ao efetuar-se o pagamento das rendas, evidencia-se quer o montante do capital amortizado quer o juro.

e) **Acréscimos e Deferimentos** - A Empresa regista nestas rubricas, de acordo com o princípio do acréscimo, as despesas e as receitas imputáveis ao presente exercício que apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

f) **Rédito**

O rédito é proveniente das prestações de serviços e é integralmente referente à obtenção de comissões de seguros decorrentes da atividade exercida, sendo reconhecido pelo justo valor do montante a receber.

g) **Impostos sobre o rendimento**

A estimativa de IRC é apurada de acordo com a matéria coletável estimada, tendo em conta o previsto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC).
De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007 a 2010 ainda poderão estar sujeitas a revisão.
Não existem situações que deem lugar à aplicação de Ativos ou Passivos por impostos diferidos.

h) **Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Clientes e outras contas a receber

Os movimentos com clientes e outras contas a receber são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

Outras dívidas a terceiros e Sócios

As contas de outros terceiros e sócios encontram-se mensuradas pelo método do custo.

Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro nominal são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos não correntes quando a empresa tem o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato. Nos restantes casos são contabilizados em passivos correntes.

Os financiamentos referem-se a empréstimo efetuado pelos sócios à empresa e dívida referente a contrato de locação financeira.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e depósitos bancários correspondem aos valores em depósitos bancários, imediatamente realizáveis.

i) **Benefícios de empregados**

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, ajudas de custo, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Gerência.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

j) **Eventos subsequentes**

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto nas NCRF. Em cada Balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período, designadamente quanto ao método de depreciação a utilizar, bem como para a estimativa de vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, estimativa de férias, subsídio de férias e respetivos encargos.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro:

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas Demonstrações Financeiras.

4. Fluxos de caixa

4.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

	Saldo em 31-12-2011	Saldo em 31-12-2010
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à Ordem	28.772,71	22.029,83
Total de Caixa e Depósitos à ordem	28.772,71	22.029,83

Na divulgação dos fluxos de caixa foi utilizado o método direto (método obrigatório), o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

5. Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores, pelo que não se procedem a qualquer correção por reexpressão retrospetiva, nas correspondentes rubricas do exercício de 2010, de acordo com a NCRF 4.

6. Partes relacionadas

6.1 Remunerações do Pessoal Chave da Gestão

A gerência da sociedade não é remunerada.

6.2 Saldos com partes relacionadas:

Rubrica	Saldo em 31-12-2011	Nat.	Saldo em 31-12-2010	Nat.
26 - Sócios	16.332,12	Credor	15.644,63	Credor
25 - Fianciamentos de Sócios	97.148,11	Credor	98.414,68	Credor
Toatl	113.480,23	Credor	114.059,31	Credor

7. Ativos intangíveis

7.1 Divulgações sobre ativos intangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Quantia escriturada de cada ativo intangível avaliado como tendo uma vida útil indefinida e razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida:

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

Tal como mencionado no ponto 3.1 b), a integralidade dos ativos intangíveis corresponde a carteiras de seguros adquiridas nos termos do artigo 44° do Decreto-Lei n.° 144/2006, com vidas úteis indefinidas, uma vez que não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Em 31-12-2011 foram efetuados testes de imparidade, comparando a quantia recuperável com a quantia escriturada.

Tais testes consistiram na análise objetiva ao valor recuperável dos ativos subjacentes, subtraindo-se ao valor escriturado o montante proporcional de apólices canceladas.

Nos exercícios anteriores a empresa não procedeu à realização destes testes, e encontrava-se a amortizar estes ativos numa base sistemática de 10 anos, pelo que a diferença entre o valor amortizado e o resultante do teste de imparidade foi regularizado nas rubricas de rendimentos e gastos da demonstração de resultados "correções relativas a exercícios anteriores" no valor líquido de 5.633,05 €, conforme descrito no quadro do ponto c) seguinte desta Nota.

b) Quantia bruta escriturada e qualquer imparidade acumulada no começo e fim do período:

Rubricas	Situação Inicial (31-12-2010)			Situação Final (31-12-2011)		
	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Carteiras de Seguros	183.329,00 €	35.208,41 €	148.120,59 €	190.829,00 €	53.138,69 €	137.690,31 €
Total	183.329,00 €	35.208,41 €	148.120,59 €	190.829,00 €	53.138,69 €	137.690,31 €

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

Rubricas	Ativos Intangíveis				
	Saldo inicial (31-12-2010)	Aumento	Correções	Imparidades	Saldo Final (31-12-2011)
Carteiras de Seguros	148.120,59 €	7.500,00 €	5.633,05 €	-23.563,33 €	137.690,31 €
Total	148.120,59 €	7.500,00 €	5.633,05 €	-23.563,33 €	137.690,31 €

7.3. Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Foram adquiridas em 2009 e 2011 duas carteira de seguros pelos respetivos montantes de 140.000 € e 7.500 €, as quais se encontram a ser pagas em prestações mensais, conforme estipulado contratualmente. Em 31-12-2011 a dívida resultante da aquisição de cada uma das carteiras de seguros ascendia respetivamente a 28.000 € e 3.510 € e prevê-se que estejam totalmente liquidadas em Fevereiro e Março de 2013.

8. Ativos fixos tangíveis

8.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas.
Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros.

b) ***Métodos de depreciação usados:***
As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos.

c) ***Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:***
As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.
As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada, enquadrando-se nas taxas máximas constantes do Decreto Regulamentar n.º 25/2009:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	3 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 5
Equipamento administrativo	3 a 8

d) ***Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período:***

Rubricas	Situação Inicial (31-122-2010)			Situação Final (31-12-2011)		
	Quantia Bruta	Depreciações	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações	Quantia escriturada
Terrenos e recusrsos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €
Edifícios e outras construções	84.000,78 €	12.480,02 €	71.520,76 €	84.000,78 €	14.160,04 €	69.840,74 €
Equipamento básico	5.977,61 €	4.137,76 €	1.839,85 €	5.977,61 €	4.407,03 €	1.570,58 €
Equipamento de transporte	48.544,92 €	45.637,26 €	2.907,66 €	48.544,92 €	47.712,26 €	832,66 €
Equipamento administrativo	15.264,66 €	8.964,32 €	6.300,34 €	15.264,66 €	11.172,35 €	4.092,31 €
Total	153.787,97 €	71.219,36 €	82.568,61 €	153.787,97 €	77.451,68 €	76.336,29 €

c) ***Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:***

Rubricas	Quantia escriturada inicial (31-12-2010)	Adições	Revalorizações	Alienações	Depreciações	Perdas imparidade	Saldo Final (31 12-2011)
Terrenos e recusrsos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	71.520,76 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1.680,02 €	0,00 €	69.840,74 €
Equipamento básico	1.839,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	269,27 €	0,00 €	1.570,58 €
Equipamento de transporte	2.907,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.075,00 €	0,00 €	832,66 €
Equipamento administrativo	6.300,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2.208,03 €	0,00 €	4.092,31 €
Total	82.568,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6.232,32 €	0,00 €	76.336,29 €

8.2 *Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis:*

Foram adquiridas com recurso a locação financeira as frações autónomas designadas pelas letras "TCA" e "UAC", ambas na 1ª Cave – Zona CA, loja 43 e 44, respetivamente, do prédio urbano sito no largo de São João, Blocos A, B, C, D (Centro Comercial Garden - Guarda) sendo portanto a sociedade locadora a legitima possuidora dos imóveis.

9. Locações Financeiras

a) Quantia escriturada líquida à data do balanço, para cada categoria de ativo:

Designação do Bem	Activo Bruto	Depreciações Exercício	Depreciações Exercícios Anteriores	Activo Líquido
Fracções TCA e UAC - lojas 43 e 44 - CC Garden (Guarda)	84.000,78	1.680,02	12.480,02	69.840,74

b) Reconciliação entre o total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor presente:

Estima-se que as diferenças entre o total dos futuros pagamentos mínimos das locações financeiras no final do período e os seus valores presentes não sejam consideráveis, atendendo à taxa efetiva praticada nestes financiamentos.

c) Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço, e o seu valor nominal, para cada um dos seguintes períodos:

Descrição	Valor data do balanço	Valor Nominal < 1 ano (2012)	Valor nominal 1>5 <anos (2017)	Valor nominal > 5 anos (2019)
Contrato locação financeira BBVA nº 60094	40.808,02 €	5.496,84 €	27.484,20 €	7.826,98 €

Em 31 de Dezembro de 2010, as responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira da entidade relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Passivo corrente (ano 2011): 5.496,84 €

Passivo não corrente (ano 2012 e seguintes): 35.311,18 €

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela titularidade dos imóveis.

10. IMPARIDADE DE ACTIVOS

10.1 Quantia de perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período:

No exercício de 2011 foram efetuados testes de imparidade aos ativos intangíveis resultantes das aquisições de carteiras de seguros relativamente às quais não existe limite previsível para o período durante o qual se espera que os ativos gerem influxos de caixa líquidos para a entidade.

Imparidades Acumuladas Saldo inicial	Reforço (Imparidades reconhecidas no exercício)	Correção	Imparidades Acumuladas Saldo Final
35.208,41	23.563,33	5.633,05	53.138,69

10.2 Por cada perda material por imparidade reconhecida ou revertida durante o período para um ativo individual, ou para uma unidade geradora de caixa:

a) Acontecimentos e circunstâncias que conduziram ao reconhecimento da perda por imparidade:

As perdas por imparidade reconhecidas resultam do teste anual efetuado à quantia recuperável dos ativos associados às carteiras de seguros adquiridas e com vidas úteis indefinidas.
O teste realizado assentou na determinação objetiva do valor de cada apólice (de cada carteira adquirida) cancelada no exercício de 2011.

11. RÉDITO

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Rubricas	31-12-2010	31-12-2011	Variação
Prestações de serviços (Comissões)	236.524,50 €	247.583,26 €	11.058,76 €
Total	236.524,50 €	247.583,26 €	11.058,76 €

No exercício de 2011 foram reconhecidas Prestações de Serviços respeitantes a exercícios anteriores que não haviam sido registadas no momento em que foram geradas no valor global de 5.364,04 €.

12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

12.1. Autorização para emissão:

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 17 de Março de 2012.
Após o encerramento do exercício, e até à elaboração das presentes demonstrações financeiras, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

12.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço.

Não foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço.

12.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos.

Não ocorrem acontecimentos após a data do balanço que tenham dado lugar a ajustamentos.

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

13.1 Relacionamento entre gasto de impostos e lucro contabilístico:

Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

Descrição	31-12-2011	31-12-2010
Resultado contabilistico antes de impostos	48.993,53	24.611,16
Resultado tributável	45.957,08	43.843,79
Prejuizos Fiscais dedutíveis	0,00	12.353,31
Matéria Colectável	45.957,08	31.490,48
Taxa de imposto (IRC)	15%	15%
Imposto estimado	6.893,56	4.723,57
Tributações autónomas	1.882,79	2.756,28
Derrama	229,79	219,22
Total de Imposto (IRC) do período	9.006,14	7.699,08
Taxa efectiva de imposto (IRC)	18%	31%

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

14.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os instrumentos financeiros encontram-se mensurados pelo seu valor de custo.

Categorias de ativos e passivos financeiros:

14.2. Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria.

14.2.1 Clientes/Fornecedores/sócios/outras contas a receber e a pagar/pessoal

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as rubricas de fornecedores/outras contas a receber e a pagar e pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Ativo e Passivo Corrente	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Activos e passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos						
Clientes	9.177,51 €	0,00 €	9.177,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber	121,02 €	0,00 €	121,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total do ativo	9.298,53 €	0,00 €	9.298,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos						
Sócios	16.332,12 €	0,00 €	0,00 €	15.767,61 €	0,00 €	15.767,61 €
Outras contas a pagar	40.776,82 €	0,00 €	40.776,82 €	34.565,17 €	0,00 €	34.565,17 €
Total do Passivo	57.108,94 €	0,00 €	40.776,82 €	50.332,78 €	0,00 €	50.332,78 €
Passivo Não Corrente - Outras contas a pagar	4.270,00 €	0,00 €	4.270,00 €	28.000,00 €	0,00 €	28.000,00 €

14.2.2 Financiamentos obtidos

Modalidades de financiamento	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Livranças	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17.500,00 €	0,00 €	17.500,00 €
Finaciamentos dos Sócios	1.194,00 €	95.954,11 €	97.148,11 €	1.378,00 €	97.036,68 €	98.414,68 €
Locações financeiras	5.496,84 €	35.311,18 €	40.808,02 €	5.484,00 €	40.810,00 €	46.294,00 €
Total	6.690,84 €	131.265,29 €	137.956,13 €	24.362,00 €	137.846,68 €	162.208,68 €

14.2.3 Instrumentos de Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, eram os seguintes os Instrumentos de capital próprio mensurados ao custo:

Rubrica	31-12-2011	31-12-2010
Capital Próprio		
Capital social realizado	50.000,00	50.000,00
Total	50.000,00	50.000,00

14.3 Total de rendimento de juros e total de gasto de juros para ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

Rubricas	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença	Rendimento de juros	Gastos de juros	Diferença
Activos financeiros						
Total do activo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros						
Financiamentos Obtidos		6.008,91 €	-6.008,91 €		5.147,11 €	-5.147,11 €
Total do Passivo	0,00 €	6.008,91 €	-6.008,91 €	0,00 €	5.147,11 €	-5.147,11 €

14.4 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização.

O capital social no montante de 50.000 euros encontra-se integralmente realizado.

14.5 Número de ações/quotas representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal.

O capital social encontra-se dividido em duas quotas de valor nominal de 25.000 euros/ cada.

14.6 Reconciliação, para cada classe de ações/quotas, entre o número de ações/quotas em circulação no início e no fim do período.

O número de quotas no início e final do período não teve qualquer alteração.

14.7 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão.

No exercício de 2011 não houve qualquer aumento de capital social.

15. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Gastos com Pessoal	31-12-2011	31-12-2010
Remunerações dos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações do Pessoal	90.920,01	87.491,50
Benefícios Pós Emprego	0,00	0,00
Prémios para pensões	0,00	0,00
Outros benefícios	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	13.639,04	12.204,15
Seguros de acidentes de trabalho	447,66	446,27
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com o Pessoal	8.708,73	0,00
Total	113.715,44	100.141,92

O número médio de funcionários durante o período foi de 9.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego, outros benefícios a longo prazo de empregados e bem assim benefícios atribuídos a título de cessação de emprego.

16. OUTRAS INFORMAÇÕES

16.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:

Estado e Outros Entes Públicos	Situação em 31/12/2011			Situação em 31/12/2010		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Activos						
Imposto sobre o rendimento	5.563,64 €	0,00 €	5.563,64 €	5.712,16 €	0,00 €	5.712,16 €
Total do activo	5.563,64 €	0,00 €	5.563,64 €	5.712,16 €	0,00 €	5.712,16 €
Passivos						
Imposto sobre o rendimento	9.006,14 €	0,00 €	9.006,14 €	7.699,08 €	0,00 €	7.699,08 €
Retenção de impostos s/ rendimento	167,85 €	0,00 €	167,85 €	137,40 €	0,00 €	137,40 €
Contribuições p/ Segurança Social	1.458,10 €	0,00 €	1.458,10 €	1.359,31 €	0,00 €	1.359,31 €
Total do passivo	10.632,09 €	0,00 €	10.632,09 €	9.195,79 €	0,00 €	9.195,79 €

16.2 – Outros gastos e perdas / Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas da demonstração de resultados *Outros gastos e perdas* e *Outros rendimentos e ganhos* e apresentavam a seguinte decomposição:

Rubricas	31-12-2011	31-12-2010
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Impostos	1.323,43	245,10
Descontos de pronto pagamento concedidos		0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	6.591,84	0,00
Donativos	1.001,69	311,59
Quotizações	2.733,39	875,00
Perdas em investimentos não financeiros		0,00
Multas e penalidades	15,00	0,00
Insuficiência de estimativa para impostos		1.591,25
Outros não especificados	0,00	0,00
Total	11.665,35	3.022,94
Outros rendimentos e ganhos		
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
Correcções relativas a períodos anteriores	12.224,89	0,00
Ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Lucros	121,02	0,00
Outros não especificados	8.720,00	0,00
Total	21.065,91	0,00

16.3 – Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as rubricas da demonstração de resultados *Fornecimentos e Serviços Externos* apresentavam a seguinte decomposição:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-12-2011	31-12-2010
Serviços Especializados		
Trabalhos Especializados	3.935,24	2.906,00
Publicidade e Propaganda	3.228,77	60,01
Vigilância e Segurança	0,00	0,00
Honorários	1.476,00	0,00
Comissões	0,00	0,00
Conservação e Reparação	7.392,08	4.456,27
Outros	0,00	0,00
Materiais		
Ferramentas e ut. desg. rápido	1.244,80	216,98
Material de escritório	3.018,22	4.238,84
Artigos para oferta	0,00	105,60
Energia e Fluidos		
Electricidade	2.791,09	3.585,20
Combustíveis	9.115,45	7.243,34
Água	209,07	189,54
Outros	77,00	16,36
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	6.844,08	11.125,04
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	6.120,00	6.155,60
Comunicação	6.934,48	5.695,84
Seguros	3.656,34	8.490,42
Contencioso e notariado	0,00	19,50
Limpeza, higiene e conforto	36,18	474,53
Outros Serviços	2.391,49	17.885,73
Total	58.470,29	72.864,80

16.4 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas anteriormente.

No exercício de 2011 as rubricas de Capital Próprio tiveram a seguinte variação:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Capital realizado	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Resultados Transitados	(57.440,89)	0,00	16.912,08	(40.528,81)
Resultado liquido do período	16.912,08	39.987,39	(16.912,08)	39.987,39
Capital Próprio	9.471,19	39.987,39	0,00	49.458,58

16.5 – Honorários

Dando cumprimento à alínea b) do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que os honorários anuais relativos à prestação de serviços de Revisão Legal de Contas ascendem a 1.000 euros, acrescidos de IVA à taxa geral, não tendo sido faturados quaisquer outros serviços pela SROC, no ano de 2011. Em 31-12-2011 não existia qualquer montante em dívida.

17. RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

17.1 – Políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações.

A Publisegur reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra no exercício da atividade de mediação de seguros, reconhece o rendimento pelo justo valor das quantias recebidas ou a receber proveniente das comissões das seguradoras.

17.2 – Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo.

Por Natureza	Remunerações	
	2010	2011
Numerário/Cheque/Transferência	236.524,50 €	238.405,75 €
Remunerações a receber	0,00 €	9.177,51 €
Total Prestrações de Serviços	236.524,50 €	247.583,26 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0,00 €	8.720,00 €
Total	236.524,50 €	256.303,26 €

Por Tipo	Remunerações	
	2010	2011
Comissões	236.524,50 €	247.583,26 €
Honorários	0,00 €	0,00 €
Rendimentos em Espécie (Incentivos Comerciais)	0,00 €	8.720,00 €
TOTAL	236.524,50 €	256.303,26 €

17.3 – Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não Vida", e por origem.

Por entidade	Remunerações					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Empresas de Seguros	8.767,14 €	11.545,10 €	227.757,36 €	236.038,16 €	0,00 €	0,00 €
Outros Mediadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	8.767,14 €	11.545,10 €	227.757,36 €	236.038,16 €	0,00 €	0,00 €

17.4 – Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira.

Por entidade	Remunerações	
	2010	2011
Empresas de Seguros	100%	100%
Outros Mediadores	0%	0%
Clientes	0%	0%
TOTAL	100%	100%

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

17.5 – Valores das contas "clientes" no início e final do exercício, assim como o volume movimentado no ano, aplicável para os mediadores de seguros que movimentem fundos relativos a contratos de seguros;

Em 31-12-2011 e 31-12-2010 os saldos da conta "clientes" eram os seguintes:

	31-12-2010	31-12-2011
Conta Clientes	52.292,98 €	93.546,54 €

Tais saldos não se encontram refletidos contabilisticamente uma vez que tais quantias apesar de se encontrarem depositadas em conta bancária aberta pela Publisegur não constituem património da empresa nos termos do Artigo 42° do Decreto-Lei 144/2006, de 31 de Julho e os seus registos são transitórios.

17.6 – Contas a receber e a pagar desagregadas por origem.

Por entidade	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2010	2011	2010	2011
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Empresas de seguros	0,00 €	9.177,55 €	0,00 €	0,00 €
Empresas de Resseguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros mediadores	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	9.177,55 €	0,00 €	0,00 €

O saldo da conta "clientes", mencionado na nota 17.5", não refletido contabilisticamente é integralmente referente a valores de depósitos bancários a entregar a empresas de seguros.

17.7 – Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	2010	2011	2010	2011
Fundos recebidos com vista serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar	0,00 €	9.177,51 €	0,00 €	0,00 €
Outras quantias:	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferimentos	777,25 €	1.764,26 €	0,00 €	0,00 €
Remunerações a Liquidar	0,00 €	0,00 €	8.663,13 €	10.670,58 €
Aquisição de carteira de seguros	0,00 €	0,00 €	52.000,00 €	31.510,00
Outros não relacionados com seguros	0,00 €	0,00 €	1.902,04 €	2.866,24 €
Acréscimo de gastos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	777,25 €	1.724,26 €	62.565,17 €	45.046,82 €

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

O saldo da conta "clientes" mencionado na nota 17.5, não refletido contabilisticamente, é integralmente referente a Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros.

17.8 – Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final de exercício).

Contas a receber	Até 8 dias		Até 15 dias		Até 30 dias	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Sem imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.177,51 €	0,00 €	0,00 €
Com imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9.177,51 €	0,00 €	0,00 €

O saldo das contas a receber e a pagar encontra-se divulgado na nota 14.2.1 não tendo sido registadas imparidades, tal como divulgado nessa nota.

17.9 – Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito.

Garantias (caução)/ aumentos de crédito	Valor	
	2010	2011
	16.803,00 €	16.803,00 €

17.10 – Transmissões de carteiras de seguros.

Carteira de Seguros			
Transmissões recebidas		ransmissões efectuada	
2010	2011	2010	2011
0,00 €	7.500,00 €	0,00 €	0,00 €

17.11 – Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela.

Contratos de mediação de seguros cessados	Indemnizações de clientela	
	2010	2011
	0,00 €	0,00 €

17.12 – Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes.

Obrigações materiais	Obrigações materiais	
	2010	2011
	0,00 €	0,00 €

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

17.13 – Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações.

Remunerações				
	Ramo Vida / não Vida / Fundo de Pensões			
	€	€	%	%
Empresas de seguros	2010	2011	2010	2011
1001 Açoreana S.A.	110.855,90 €	119.591,59 €	46,87%	48,30%
1010 Liberty Seguros S.A.	46.653,58 €	57.913,83 €	19,73%	23,39%
1011 Fidelidade Mundial S.A.	42.091,43 €	47.248,83 €	17,80%	19,08%

17.14 – Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome.

Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança	Valor total dos fundos	
	2010	2011
	0,00 €	0,00 €

17.15 – Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe foram outorgados poderes de cobrança.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança	Valor Total dos fundos	
	2010	2011
	0,00 €	0,00 €

17.16 – Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas.

Transferência de valores (prémios) para entrega aos às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas	Valor total dos fundos	
	2010	2011
	0,00 €	0,00 €

17.17 – Apresenta-se em seguida o valor das remunerações auferidas por segurador e segredadas entre os ramos Vida e Não Vida, no exercício de 2011.

Cód. ISP	Segurador	Vida	Não Vida	Total
1129	Axa Portugal, S.A.	0,00 €	5.557,47 €	5.557,47 €
1039	Axa Vida, S.A.	39,36 €	0,00 €	39,36 €
1001	Açoreana Seguros, S.A.	2.283,14 €	117.308,45 €	119.591,59 €
1028	Allianz Portugal, S.A.	0,00 €	233,22 €	233,22 €
1011	Fidelidade Mundial S.A.	740,19 €	46.508,64 €	47.248,83 €
1043	Assicurazione Generali, S.A.	0,00 €	640,96 €	640,96 €
1021	Assicurazione Generali Vida, S.A.	4.073,10 €	0,00 €	4.073,10 €
1010	Liberty, S.A.	3.828,99 €	54.084,84 €	57.913,83 €
1026	Lusitânia, S.A.	0,00 €	2.062,60 €	2.062,60 €
1025	Lusitânia Vida, S.A.	97,50 €	0,00 €	97,50 €
1160	Victória Seguros, S.A.	0,00 €	288,45 €	288,45 €
1184	Zurich, S.A.	0,00 €	1.691,68 €	1.691,68 €
1132	Zurich Vida, S.A.	350,51 €	0,00 €	350,51 €
1037	Tranquilidade, S.A.	0,00 €	7.483,58 €	7.483,58 €
1014	Império Bonança, S.A.	0,87 €	132,62 €	133,49 €
1029	Real Vida, S.A.	131,44 €	0,00 €	131,44 €
1145	Mapfre Seguros, S.A	0,00 €	6,48 €	6,48 €
1117	Europ Assistance, S.A.	0,00 €	39,17 €	39,17 €
	Total	11.545,10 €	236.038,16 €	247.583,26 €

Guarda, 17 de Março de 2012

O Técnico Oficial de Contas,

Jorge Manuel Morgado Bico
(T.O.C. nº 4557)

A Gerência,

José António Monteiro Costa

Certificação Legal das Contas

Exercício de 2011

PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.
Largo de S. João – Centro Comercial Garden, loja 43
6300-752 Guarda

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Como resultado do nosso exame anotamos que:

   7.1 Para efeitos de Norma Regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal não está reflectida contabilisticamente a conta bancária associada aos movimentos financeiros com tomadores de seguros, cujo reconhecimento contabilistico afectaria pelo mesmo valor o Ativo e o Passivo e cujo detalhe está evidenciado nas notas 17.5 e 17.6 do Anexo.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 7.1 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.** em 31 de Dezembro de 2011 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Guarda, 26 de Março de 2012

MARQUES DE ALMEIDA, J. NUNES,
V. SIMÕES & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
representada por:

Victor Manuel Lopes Simões – ROC 780

MARQUES DE ALMEIDA,
J. NUNES, V. SIMÕES & ASSOCIADOS

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, S.A.

SEDE

NIPC 505 261 898 * Capital social: 60.000 € * R.O.C. nº 178

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **PUBLISEGUR – CORRETORES DE SEGUROS, LDA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 259.426 euros e um total de capital próprio de 49.459 euros, incluindo um resultado líquido de 39.987 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo nº 7.1 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
   - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;
   - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
   - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e